



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL

LEI Nº 94

Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCANTIL, Estado da Paraíba, aprovou e eu, prefeito municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente; no âmbito municipal, far-se-á por meio de:

I – políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II – políticas e programas de assistência social em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III – serviços especiais nos termos desta Lei.

Parágrafo Único – O município destinará recursos e espaço público para programações culturais, esportivos e de lazer, voltadas para a infância e a juventude.

Art. 3º. São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – Conselho Tutelar.

Parágrafo Único – Os programas de atendimento à infância e a juventude, por parte do Poder Público Municipal, serão executados pelos órgãos municipais e por intermédio de convênios com entidades de caráter privado, observando sempre o caráter comunitário das atividades.

Art. 4º - O município poderá criar os programas e serviços a que se referem os incisos II e III do artigo 2º ou estabelecer consórcio intermunicipal de atendimento regionalizado, instituído e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante previa autorização de CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção em sócioeducativos e destinar-se-ão a:

I – orientação e apoio sócio-familiar;

II – apoio sócioeducativo em meio aberto;

III – colocação familiar;

- IV – abrigo;
- V – liberdade assistida;
- VI – semiliberdade;
- VII – internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam:

- IV- prevenção e atendimento médico e psicológico de vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- V- identidade e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- VI- proteção jurídico-social.

CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL, DA CRIAÇÃO, NATUREZA E ATRIBUIÇÕES

Art. 5º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão normativo consultivo deliberativo e fiscalizador da política de promoção atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 6º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de outras funções que lhe foram atribuídas:

I – definir a política de promoção, de atendimento e defesa da infância e da adolescência no Município de Alcantil com vistas ao cumprimento das obrigações e garantias de seus direitos fundamentais e constitucionais.;

II – fiscalizar as ações governamentais e não-governamentais no município de Alcantil, relativas à promoção, à proteção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente;

III – articular e integrar as entidades governamentais e não-governamentais, com atuação vinculada à infância, definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV – fornecer os elementos e informações necessárias à elaboração da proposta orçamentária para planos e programas;

V – receber, encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes denúncias de todas as formas de negligências de omissão, de discriminação, de exploração, de violência, de crueldade e de opressão contra a criança e o adolescente, fiscalizando a apuração e a execução;

→ VI – manter permanente entendimento com o Poder Judiciário, Ministério Público, Poderes Executivo e Legislativo, propondo, inclusive se necessário atendimento à criança e o adolescente; alterações na Legislação em vigor e nos critérios adotados para ↩ 9

VII – incentivar e promover a atualização permanente dos profissionais governamentais e não-governamentais, que prestem atendimento à criança e o adolescente, propondo as medidas que julgar convenientes;

VIII – aprovar os registros de inscrições e alterações subsequentes, previstos em Lei, das entidades governamentais e não-governamentais de defesa e de atendimento aos direitos da criança e o adolescente, nos termos do Regimento Interno;

→ IX – captar recursos gerir o Fundo Municipal e formular o Plano de Aplicação do Recursos captados na forma da Lei;

→ X – conceder auxílios e subvenções a entidades governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento e na defesa da criança e o adolescente inscritos no Conselho Municipal;

XI – promover intercâmbio com entidades públicas ou particulares, organismos nacionais e internacionais, visando aperfeiçoamentos a consecução de seus objetivos;

XII – difundir e divulgar amplamente a política municipal destinada à criança e o adolescente;

XIII – elaborar o seu regimento interno;

XIV – fiscalizar as ações governamentais e não-governamentais com atuação destinada à infância e à juventude no Município de Alcântil com vistas a construção dos objetivos definidos nesta Lei;

XV – registrar Entidades Governamentais e não-governamentais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, com sede ou filial no Município de Alcântil, as quais tenham programas na área em comento neste Município;

XVI – propor modificações nas estruturas dos sistemas municipais que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º - A concessão pelo Poder Público Municipal de qualquer subvenção ou auxílio a entidade que, de qualquer modo, tenham por objetivo a proteção, a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, deverá estar condicionada ao cadastramento prévio da entidade junto ao Conselho Municipal de que trata esta Lei.

§ 2º - As resoluções do Conselho dos Direitos da Criança e do adolescente terão validade quando aprovadas pela maioria de seus membros e após sua divulgação e publicação de Edital nos átrios do Fórum Municipal, Prefeitura Municipal e Poder Legislativo.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO

Art. 7º - O Conselho Municipal dos Direitos ^{da criança} e do Adolescente é composto por 8(oito) membros, dos quais:

I – um representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III - um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

IV - um representante da Secretaria Municipal de Cultura;

V – quatro representantes de Entidades não-governamentais de defesa ou de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, entidades da Sociedade Civil e religiosa que estejam contribuindo efetivamente para o atendimento a que se refere esta Lei.

§ 1º - Os representantes de entidades não-governamentais serão escolhidos em Assembléia própria e os representantes do Executivo Municipal serão indicados pelos respectivos titulares das Secretarias Municipais.

§ 2º - O mandato do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá duração de dois anos admitida uma recondução.

→ **Art. 8º** - A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

→ **Art. 9º** - O Executivo Municipal destinará espaço físico para instalação e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como cederá recursos humanos necessários ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 10º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá entre seus pares um presidente, um vice-presidente e um secretário geral.

Art. 11º - Perderá o mandato o Conselheiro que não comparecer, sem justificativa, a três sessões consecutivas ou a dez alternadas ou se for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal, conforme dispuser o Regimento Interno, que disciplinará a substituição com restrita observância das normas desta seção.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 12º - Fica criado o Fundo Municipal da Infância e da Juventude, indispensável à captação, ao repasse e à aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento a criança e ao adolescente.

§ 1º - O Fundo constitui-se das seguintes receitas:

I - Dotação consignada anualmente no Orçamento Municipal e as verbas adicionais que a Lei vier a estabelecer no decurso de cada exercício;

II - Doação de pessoas físicas e jurídicas, conforme o disposto no art. 260, da Lei 8.069, de 13/07/1990;

III - Valores provenientes das multas previstas no art. 214 da Lei 8.069, de 13/07/1990, e oriundas das infrações descritas nos art. 245 a 258 da referida Lei, bem como eventualmente de condenações advindas de delitos enquadrados na Lei 9.099, de 26/09/1995;

IV - transferência de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual da Criança e do Adolescente;

V - doações, auxílios e contribuições, transferências de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;

VI - produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a Legislação em vigor;

VII - recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados no Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

VIII - outros recursos que porventura lhe forem destinados.

→ § 2º - O Fundo ficará subordinado ao exercício municipal, o qual mediante Decreto municipal do Chefe do Executivo, regulamentará sua administração, bem como prestação de contas dos recursos respectivos;

§ 3º - O Fundo Municipal é vinculado ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual cabe a função de geri-lo, bem como deliberar sobre os critérios da utilização de suas receitas, consoante regulamentação constante do Decreto Municipal.

§ 4º - Ficam vedadas as aplicações financeiras no mercado de capitais de risco, sendo que a aplicação em caderneta de poupança poderá ser autorizada pelo Conselho Municipal de Direitos, desde que não haja necessidade de aplicação imediata dos valores do Fundo na área da infância e juventude, com resolução prévia do Conselho de Direitos.

CAPÍTULO V DO CONSELHO TUTELAR

Art. 13 - Fica criado o Conselho Tutelar de Alcântil, órgão permanente e autônomo não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, no município de Alcântil, (Art. 136, I a XI, da Lei Federal n.º 8.069/90), nos termos da Lei n.º 8.069/90, Título V, Capítulo I e Disposições Gerais e em conformidade com que estabelecem os artigos, 131, 132, 133, incisos I, II e III, artigo 134 e seu parágrafo único, e artigo 135 e suas alterações.

Art. 14 – O processo da escolha dos conselheiros tutelares será organizado e coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único – A escolha dos Conselheiros Tutelares será feita por meio de voto facultativo e secreto dos cidadãos eleitoralmente habilitados no município há pelo menos seis meses, em pleito organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e fiscalizado pelo Ministério Público.

Art. 15 – O Conselho Tutelar após escolhido e empossado elaborará o seu Regimento Interno, obedecendo os limites da legislação federal (Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal 8.069/90) e desta Lei.

Art. 16 – Poderá haver mais de um Conselho Tutelar no município, desde que haja revisão Legislativa indicando a necessidade da criação em virtude do crescimento populacional do município.

Art. 17 – O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, será composto por cinco membros titulares.

Parágrafo único – São requisitos para os candidatos:

- I – reconhecida idoneidade moral;
- II – ter idade superior a vinte e um anos;
- III – residir no município a mais de dois anos;
- IV – segundo grau completo;
- V – experiência na área de defesa ou atendimento dos Direitos da Criança e do

Adolescente.

Art. 18 – São impedidos de servir ao Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente: marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padastro ou madastra e entiado.

Parágrafo único – A mesma proibição e impedimento deste artigo estende-se à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude em exercício na Comarca.

Art. 19 – Será considerado vago o Cargo de Conselho Tutelar, em caso de morte, renúncia ou perda do mandato.

§ 1º - Perderá o mandato o Conselheiro que transferir sua residência para fora do município de Alcantil; que for condenado por crime doloso; descumprir, injustificadamente, os deveres da função e, nesse caso o fato será apurado em processo administrativo com ampla defesa e voto favorável à cassação do mandato de dois terços dos membros dos membros Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - As providências do parágrafo anterior não vedam a apuração dos fatos pelo Ministério Público que, caso entenda cabível, proporá a pertinente ação civil pública para a perda do Conselheiro Tutelar perante o Juízo da Infância e Juventude ou quaisquer outras medidas judiciais equivalentes.

Art. 20 – O Conselho Tutelar funcionará durante toda semana, nos dias úteis, durante o dia, via do regimento interno seus membros estipularão os plantões dos conselheiros nos finais de semanas e feriados e sua rotatividade semanal, tudo no sentido de atender as necessidades do município de suas crianças, de seus adolescentes e de suas famílias.

Parágrafo único – Os Conselheiros Tutelares têm uma carga horária mínima de quatro horas por dia, e as escalas do plantão deverão ser encaminhadas ao Ministério Público, ao Juizado da

Infância, ao Diretor do Fórum, ao Conselho Municipal de Direitos, as Delegacias de Polícia e a outros órgão afins.

Art. 21 – O exercício efetivo de função de Conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá a presunção de idoneidade moral.

Art. 22 – São atribuições do Conselho Tutelar:

I – atender às crianças e aos adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão de sua conduta, aplicando as seguintes medidas:

- a – encaminhamento aos pais ou responsáveis;
- b – orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- c – matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de Ensino

Fundamental;

d – inclusão em programa comunitário oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

e – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico ou ambulatorial;

f – inclusão em programas oficiais ou comunitários de auxílio, de orientação e de tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

g – abrigo em entidade assistencial;

II – atender e aconselhar os pais ou responsáveis e, se for o caso aplicar-lhes as seguintes medidas:

a – encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção a família;

b – inclusão em programa tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

c – encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

d – encaminhamento a tratamento psicológico e psiquiátrico;

e – obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar a sua frequência e aproveitamento escolar;

f – obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

g – advertência;

III – promover a execução de suas decisões podendo para tanto:

a – requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, de educação, de serviço social, de previdência, de trabalho e de segurança;

b – representar junto à Autoridade Judiciária nos casos de descumprimento injustificados de suas deliberações.

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra o direito da criança e do adolescente;

V – encaminhar à Autoridade Judiciária os casos de sua competência;

VI – providenciar a medida estabelecida pela Autoridade Judiciária, dentre as previstas em Lei, para o adolescente autor do ato infracional.

VII – expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimento e de obtido da criança e do adolescente quando necessário;

IX – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para plano e programa de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – representar, em nome das pessoas e da família contra programa ou programação de rádio e televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como de

propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos a saúde da criança e do adolescente;

XI – representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão de pátrio poder.

CAPÍTULO VI
DO PROCEDIMENTO DE ESCOLHA
DO CONSELHO TUTELAR
SEÇÃO I

Art. 23 – Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma estabelecida nesta Lei e legislação vigente, organizar e realizar a escolha do Conselho Tutelar, sendo obrigatória a fiscalização do Ministério Público.

Art. 24 – O Conselho Tutelar, composto de cinco membros efetivos e suplentes, escolhidos pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos regularmente inscritos no município, os quais terão mandato de três anos, permitida uma recondução em pleito similar.

Art. 25 – Após a escolha, apurado o resultado, havendo a proclamação e homologação dos escolhidos o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, promoverá curso de capacitação para os escolhidos com a participação dos suplentes, com o apoio de outras entidades, visando instruir o Conselho Tutelar sobre suas atribuições previstas na Lei Federal n.º 8.069/90.

SEÇÃO II
DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 26 – Poderão candidatar-se todas as pessoas que preencherem os requisitos mencionados no artigo 17 e parágrafo único desta Lei.

Parágrafo único – Os candidatos deverão formalizar seus pedidos de registro de candidatura por meio de impresso próprio, disponível na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e o Município de Alcântil providenciará a confecção e elaboração dos impressos referidos.

Art. 27 – É vedada a formação de chapas agrupando candidatos, bem como a vinculação de candidaturas a qualquer partido político ou instituições públicas e privadas.

Parágrafo único – As instituições públicas e privadas poderão cooperar na divulgação de candidatos inscritos e cujas candidaturas tenham sido homologadas, sem, ~~com tudo~~, deixar transparecer suas preferências. *contudo*

Art. 28 – As candidaturas serão formalizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que expedirá edital a ser amplamente divulgado.

§ 1º - O edital fixará prazo de pelo 30 (trinta) dias para registro de candidaturas ao Conselho Tutelar e conterà os requisitos exigidos pelo art. 4º desta Lei e legislação pertinente, mencionando ainda a remuneração a que fará jus o conselheiro escolhido e empossado.

§ 2º - O requerimento de registro de candidatura deverá ser preenchido pelo próprio candidato e entregue para o Conselho Municipal de Direitos em local e para pessoas especialmente autorizada, o que será divulgado no edital que trata este artigo. *↳ ?*

Art. 29 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente indeferirá os pedidos de registro de candidaturas cujos postulantes não preencherem os requisitos legais exigidos.

Parágrafo único – A decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que indeferir o pedido de registro de candidatura será sempre fundamentada.

SEÇÃO III DA PROPAGANDA DOS CANDIDATOS

Art. 30 – Visando assegurar igualdade de condições na escolha pública o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fiscaliza os meios de comunicação, inclusive emissoras de rádios de forma que os candidatos disponham do mesmo período de tempo na divulgação de suas candidaturas.

Art. 31 – Durante a campanha que antecede a escolha popular poderão ser promovidos debates, envolvendo todos os candidatos cujas inscrições tenham sido deferidas, permitindo aos cidadãos avaliarem o potencial de cada postulante ao Conselho Tutelar.

Parágrafo único – Caso o número de candidaturas indeferidas impossibilite a realização de um único debate com todos os concorrentes, é facultada a realização de debates de grupos de candidatos desde que haja a aceitação de todos aos critérios de sua realização e divisão.

Art. 32 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará ampla divulgação da escolha de forma a conscientizar e motivar os cidadãos à mesma.

Art. 33 – Fica expressamente proibida a propaganda que consista em pintura ou pichação de letreiros ou outdoors nas vias públicas, nos muros e nas paredes de prédios públicos ou privados ou nos monumentos, e faixas somente poderão ser afixadas dentro de propriedades particulares vedando-se a sua colocação em bens públicos ou de uso comum.

§ 1º - Se permitirá a distribuição de panfletos, mas não a sua afixação em prédios públicos ou particulares, considerando-se lícita a propaganda feita por meio de camisetas, bonés e outros meios, desde que não sejam ofensivos a qualquer pessoa ou instituição pública ou privada, sendo expressamente vedada a propaganda por alto falantes ou assemelhados fixos ou em veículos.

§ 2º - O período lícito de propaganda terá início a partir da data em que forem homologadas as candidaturas, encerrando-se três dias antes da data marcada para a escolha;

§ 3º - No dia da escolha é vedada qualquer tipo de propaganda, sujeitando-se o candidato que promove-la à cassação do seu registro de candidatura em procedimento a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO IV DA ESCOLHA

Art. 34 – O modelo da cédula elaborado da forma mais simples possível conterá os nomes de todos os candidatos na ordem decrescente de sorteio ou em ordem alfabética, sendo este realizado em reunião do Conselho de Direitos, com a presença dos candidatos que quiserem comparecer, e perante o representante do Ministério Público que será previamente notificado de tal data.

§ 1º - A cédula para escolha dos conselheiros tutelares serão rubricadas pelos membros das mesas receptoras de votos antes de sua efetiva utilização pelo cidadão.

§ 2º - A cédula conterà o nome de todos os candidatos cujo registro tenha sido homologado obedecendo a ordem de sorteio a ser realizado na data de homologação das candidaturas na presença de todos os candidatos que, notificados, comparecerem, ou em ordem alfabética, de acordo com decisão prévia do Conselho Municipal de Direitos.

§ 3º - Os cidadãos poderão votar em até três nomes constantes da cédula, sendo nulas as cédulas que contiverem mais três nomes assinalados ou que tenham qualquer tipo de inscrição que possa identificar o votante.

§ 4º - A homologação e sorteio de que trata o parágrafo segundo será realizado em até cinco dias úteis, após a data de encerramento do prazo para registro de candidaturas, sendo que o Município de Alcântil, providenciará a confecção das cédulas no montante necessário à escolha popular e indica^{da} pelo Conselho Municipal de Direitos.

Art. 35 - Qualquer pessoa maior e capaz, inscrita eleitoralmente pelo município poderá até o último dia útil antes da realização da homologação referida no parágrafo quarto do artigo anterior, requerer ao Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a impugnação de candidaturas, em petição fundamentada e indicando as provas que poderão ser produzidas.

§ 1º - Impugnada qualquer candidatura a homologação das candidaturas ficará suspensa até decisão final do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a autuação da impugnação via secretaria providenciará em vinte e quatro horas, contadas do recebimento da impugnação, a notificação do impugnado para produzir sua defesa no prazo de quarenta e oito horas, ouvindo em seguida o Ministério Público pelo mesmo prazo.

§ 3º - Finalizadas tais providências, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em quarenta e oito horas, por maioria simples, a impugnação, declarando válido ou invalidando a respectiva candidatura impugnada.

§ 4º - Decididas eventuais impugnações o Conselho procederá da forma do artigo 12 e parágrafos desta Lei.

Art. 36 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitará da circunscrição eleitoral respectiva, com antecedência, o apoio necessário a realização do pleito, inclusive a relação das seções de escolha do município e relação dos cidadãos aptos ao exercício da escolha.

Art. 37 - No dia designado para a realização da escolha as mesas receptoras de votos, cujo e localização serão divulgados com antecedência de trinta dias, antes da data da escolha, estarão abertas aos cidadãos no horário das nove horas as quinze horas.

Parágrafo único - O número de seções que não poderá ser inferior a um terço das seções eleitorais do município será decidido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e divulgado no prazo do caput deste artigo.

Art. 38 - Cada seção funcionará com pelo menos dois mesários, dos quais o Presidente e permitida no recinto de no máximo de dois candidatos por vez.

§ 1º - Na cabina de votação será afixada uma relação com os nomes dos candidatos, obedecendo a ordem de homologação.

§ 2º - Será permitido o voto do cidadão mesmo que ele não se apresente com seu título eleitoral, desde que não haja dúvida na oportunidade sobre sua real identidade.

§ 3º - Não portando o cidadão qualquer documento de identidade o Presidente da Mesa Receptora, consultando seus auxiliares e eventuais fiscais presentes, decidirá pela coleta ou

não do voto do mesmo na forma geral, fazendo-o quando não houver nenhuma dúvida concreta sobre tal identidade.

§ 4º - Havendo arguição de dúvida relevante quanto à identidade do cidadão, por parte de qualquer pessoa presente o Presidente da Seção deverá colher em separado o voto, descrevendo tudo na ata de sua seção, inclusive nominando o impugnante e sua justificativa.

Art. 39 – Cada candidato poderá nomear um fiscal para cada seção, comunicando todos os nomes número das cédulas das identidades e as respectivas seções até o final do prazo de propaganda prevista nesta Lei ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual encaminhará para cada seção a relação de fiscais aptos a permanecer no local.

Art. 40 – Terminada a votação serão as urnas lacradas na presença de dois candidatos e na falta destes, de um ou mais cidadãos e o lacre rubricado pelos presentes.

Art. 41 – Todo processo de escolha será fiscalizado pelo representante do Ministério Público da Comarca, que intervirá quando julgar necessário, podendo ainda indicar auxiliares, acompanhado todo o procedimento pelo Juiz de Direito da Vara de Infância e Juventude da Comarca.

Parágrafo único – Os mesários que atuarão na apuração da escolha de conselheiro tutelar serão indicados pelo Juiz Eleitoral da Comarca e convocados antecipadamente para o dia da apuração pela Justiça Eleitoral, a pedido do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO V DA APURAÇÃO E PROCLAMAÇÃO DOS ESCOLHIDOS

Art. 42 – Encerrado o horário designado para votação, todas as urnas, devidamente lacradas e rubricadas serão levadas pelos mesários para o local designado para apuração, onde a junta apuradora, coordenada pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do Ministério Público, iniciará a apuração dos votos.

Art. 43 – Os serventuários da Justiça, o prefeito municipal e os vereadores poderão assistir a apuração em local próximo, mas no local da efetiva apuração somente poderão permanecer os escrutinadores previamente designados, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Representante do Ministério Público e o Juiz da Infância e Juventude.

Parágrafo único – Os candidatos ao conselho tutelar ou um fiscal indicado por cada candidato poderão acompanhar apuração, obedecido eventual rodizio no local caso o espaço não permita a permanência dos mesmos no recinto.

Art. 44 – Serão considerados escolhidos os cinco candidatos mais votados.

§ 1º - Os candidatos que pelo número e votos obtidos estiverem colocados de sexto a décimo lugar, serão declarados suplentes do Conselho Tutelar.

§ 2º - Havendo empate entre os candidatos, será considerado escolhido aquele que tiver comprovado na documentação apresentada na oportunidade do pedido de registro de candidatura, maior experiência em instituições de assistência à infância e a juventude.

§ 3º - Persistindo o empate, se dará a preferência ao candidato mais idoso.

Art. 45 – Os incidentes que ocorrerem durante a apuração serão resolvidos por decisão da maioria dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ouvindo o Ministério Público, constando-se tudo do boletim da junta apuradora.

Art. 46 – Terminada a apuração de todas as urnas não havendo questões incidentes a serem solucionadas, o Presidente do Conselho proclamará os escolhidos, anunciando que, os que tiverem interesse, terão o prazo de até cinco dias úteis para apresentar formalmente impugnação quanto ao resultado da escolha.

Parágrafo único – O procedimento de decisão de eventuais impugnações ao resultado tratado pelo caput seguirá as regras estabelecidas pelo artigo 13 desta Lei.

Art. 47 – Decorrido o prazo do artigo anterior sem qualquer impugnação quanto ao resultado da escolha, ou decididas todas as impugnações apresentadas, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação do Ministério Público designará data para a posse dos escolhidos e comunicará os resultados da escolha ao Juiz de Direito, ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal e ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, encaminhando-lhes a relação nominal dos conselheiros escolhidos e seus suplentes, em ordem decrescente em relação ao número de votos obtidos.

Art. 48 – Em todas as seções haverá formulário próprio para lavratura de ata com descrição minuciosa das ocorrências verificadas e o número de votantes, subsidiando a feitura do boletim de apuração a ser preenchido pela junta apuradora.

Parágrafo único – O boletim de apuração será elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49 – Os conselheiros tutelares que pretenderem disputar nova escolha para eventual recondução por uma vez, deverão desincompatibilizar-se até o primeiro dia útil posterior ao dia da homologação das candidaturas pelo Conselho Municipal de Direitos, assumindo o suplente na ordem decrescente de votação, desde que não seja candidato, caso em que assumirá o suplente imediatamente abaixo.

Parágrafo único – A inobservância do prazo do parágrafo anterior acarreta a inelegibilidade do candidato e possibilitará a impugnação da candidatura e o indeferimento do seu pedido registro.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50 – Até a elaboração do seu regimento interno, fica o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma vez instalado, com competência para declarar a vagância e o impedimento dos cargos de seus membros.

Art. 51 – Declarada a vagância ou impedimento, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, comunicará à entidade governamental ou não-governamental, tomando as providências necessárias ao preenchimento da vaga.

Art. 52 – Na qualidade de membros escolhidos para o exercício do mandato os conselheiros tutelares que forem funcionários da Administração Municipal deverão optar pela remuneração do seu cargo público ou do Conselho Tutelar.

Parágrafo único – A remuneração do Conselho Tutelar será o vencimento equivalente a dois salários mínimos vigentes.

Art. 53 – No prazo máximo de quarenta e cinco dias da publicação desta lei, por convocação do Chefe do Executivo Municipal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente se reunirá para a elaboração do seu regimento interno e, ao mesmo tempo, cumprindo o que estabelece o artigo 13, tomar todas as providências necessárias à consecução dos objetivos desta lei.

Art. 54 – Deverá o Poder Executivo Municipal, todos os anos, fazer constar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária recursos para despesas inerente a aplicação desta Lei, sob pena de responsabilidade.

Art. 55 – Um vez constituído e empossado, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará, nos termos da Lei Federal n.º 8.069, de 13/07/90, no prazo máximo de seis meses o processo legal para escolha dos conselheiros tutelares, respeitadas as determinações legais pertinentes.

Art. 56 – Os membros do Conselho Municipal de Direitos e do Conselho Tutelar poderão, durante o exercício de seu mandato, solicitar o afastamento temporário e não-remunerado, para fins particulares, pelo prazo máximo de três meses, improrrogáveis.

§ 1º - Comunicado o Conselho respectivo, pelo seu membro, do pleito de licença temporária, aquele providenciará, imediatamente, a convocação do primeiro suplente para assumir as funções até fim da licença respectivas.

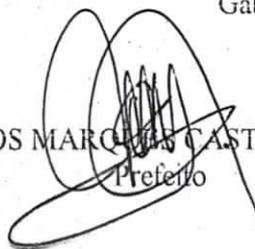
§ 2º - Findo o prazo da licença temporária, não havendo retorno as funções originárias, o membro do conselho respectivo perderá o mandato, com a manutenção no cargo do suplente mencionado no parágrafo anterior.

Art. 57 – Os membros do Conselho Tutelar apesar de não ter vínculo empregatício com o município de Alcântil farão jus aos direitos de férias, de licença maternidade, de licença paternidade e de décimo terceiro salário e poderão tirar licença para tratamento de saúde na forma e acordo com os ditames do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alcântil, aplicado no que couber e naquilo que não dispuser contrariamente esta Lei.

Parágrafo único – No caso de qualquer afastamento temporário e permitido na Legislação pertinente, o Conselho Municipal de Direitos convocará o suplente do conselho tutelar, em ordem de votação para atuar provisoriamente até o retorno do conselheiro tutelar.

Art. 58 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de julho de 2004.


CARLOS MARQUES CASTRO JÚNIOR
Prefeito